

Marx e Engels: política internacional e luta de classes

Caio Martins Bugiato¹

Resumo

Esse texto é uma abordagem das ideias de Marx e Engels sobre política internacional e nacional. Os fundadores do socialismo moderno tendem a tratar essa duas dimensões de modo articulado, mas tal articulação se mostra insuficiente em suas reflexões. Sendo assim, nossa proposição teórica consiste sofisticar tal articulação, de modo a amparar análises contemporâneas sobre as relações internacionais inspiradas no marxismo. Para tal, incorremos em uma pesquisa teórica sobre a visão de Marx e Engels acerca da política internacional em geral, oriunda da dinâmica do sistema de Estados europeu na década de 1850, publicada uma série de artigos em jornais da época. Esta visão à luz das ideias *do Manifesto do partido comunista* forma um arcabouço teórico para analisar política internacional.

Palavras-chave: Marx e Engels; Política internacional; Luta de classes; Teoria de Relações Internacionais.

Abstract

This text is an approach to Marx and Engels' ideas on international and national politics. The founders of modern socialism tend to understand these two dimensions in an articulated way, but such articulation is insufficient in their reflections. Thus, our theoretical proposition is to refine such articulation in order to support contemporary analyzes of international relations inspired by Marxism. Hence we proceeded a theoretical research on Marx and Engels' view of international politics in general, stemming from the dynamics of the European state system in the 1850s, and published a series of articles in newspapers at that time. This vision in the light of the ideas of the *Manifesto of the Communist Party* forms a theoretical framework for analyzing international politics.

Keywords: Marx and Engels; International politics. Class struggle; Theory of International Relations.

Introdução

Este artigo consiste numa pesquisa bibliográfica sobre a obra de Marx e Engels, direcionada a suas ideias sobre a política, nas dimensões internacional e nacional e a possível vinculação entre ambas. As linhas que seguem contêm uma proposição teórica

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

que vincula duas noções que aparecem nos textos dos fundadores do socialismo moderno, que julgamos ser compatíveis: as projeções de poder dos Estados, na dimensão internacional, e a luta de classes, na dimensão nacional. Ressaltamos que este texto trata do pensamento marxiano e engelsiano e não se propõe a abordar ou sistematizar a literatura marxista pertinente às RI, como as teorias clássicas e contemporâneas do imperialismo, as teorias de dependência e os teóricos neogramscianos, entre outros.

A seguir apresentamos a visão de Marx e Engels sobre a política internacional, oriunda da dinâmica do sistema de Estados europeu na década de 1850. Marx e Engels publicaram uma série de artigos em jornais da época², sobretudo no *New York Daily Tribune* (para o qual Marx foi correspondente internacional entre 1851 e 1862), em que apresentam reflexões acerca da política internacional à luz do binômio guerra-revolução (pensamos que aqui reside o caráter inédito para as RI no Brasil: trazer à tona os artigos sobre política internacional). Os textos utilizados nessa segunda parte foram tais artigos publicados em *MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, Collected Works, New York: International Publishers, 1975*. Desta publicação, utilizamo-nos majoritariamente dos artigos escritos poucos anos antes da e durante a Guerra da Criméia (1853-1856), contenda em torno da qual os Estados europeus se mobilizaram. Assim, elencamos, de acordo a visão dos autores, as atividades de política externa dos Estados europeus – respectivamente Rússia, Inglaterra, França, Prússia, Áustria e Turquia –, antecedida pela apresentação da ideia geral dos autores, segundo a qual as grandes potências do Concerto Europeu mobilizavam-se para conter revoluções e conquistar a supremacia na ordem internacional, e sucedida pela exposição do caráter da Guerra da Criméia. Contudo, os artigos sobre política internacional carecem de um encontro com o materialismo histórico, demonstrando uma análise fundada na *raison d'État* e suas consequências para o equilíbrio de poder. Com o intuito de promover tal encontro, utilizamo-nos das ideias do *Manifesto do partido comunista* sobre classes e frações de classes sociais, luta de classes, Estado e revolução, que nos permitiram elaborar uma

² Há uma diversidade temática nos artigos de Marx e Engels publicados em jornais da época - comércio, diplomacia, colonialismo –, mas optamos por discorrer sobre a política das grandes potências na Europa do Concerto Europeu, pois dessa forma abrimos um diálogo com uma das teorias mais influentes campo das RI, o Realismo.

proposição teórica que articula as dimensões nacional e internacional a partir obra de Marx e Engels para analisar a política internacional.

As revoluções de 1848 na Europa impactaram o pensamento de Marx e Engels , de modo que assuntos da política internacional receberam mais atenção dos fundadores do socialismo modernos. Pelo menos dois motivos despertaram mais interesse: a) os movimentos revolucionários que chacoalharam o velho continente e que puseram em xeque o *status quo* construído no Congresso de Viena³ (1815) tiveram uma dimensão internacional e b) a unificação alemã se tornou uma questão que envolvia diversos pequenos Estados no centro da Europa e, principalmente, as grandes potências e o equilíbrio de poder entre elas. Nesse contexto, na ativa produção jornalística que ambos exerciam, desenvolveram uma visão de mundo sobre a política internacional, que tende vincular as dimensões nacional e internacional, além da fazer parte de sua formação teórica e política (FERREIRA, 1999).

Segundo Marx e Engels (MARX, 1975a, 1975b, 1975c), o papel do Concerto Europeu é a ordem do sistema de Estados, com propósitos conservadores e restauracionistas oriundos da Convenção de Viena. As cinco potências, os Estados da Inglaterra, França, Prússia, Áustria e Rússia, mobilizavam-se para dois grandes objetivos: conter a revolução (burguesa e/ou socialista⁴) e conquistar a supremacia na ordem internacional. O pilar de sustentação do sistema de Viena era a autocracia russa (por meio de sua diplomacia e de seu exército), e o czarismo o inimigo fulcral da revolução na Europa e o bastião do *status quo* monárquico e aristocrático no continente (ENGELS, 1975a), ainda em vigor na maioria dos países. Dessa forma, o expansionismo russo – que entrava diretamente em atrito com o Império Otomano

³O congresso de Viena foi realizado entre 1814 e 1815 pelos Estados vitoriosos nas guerras napoleônicas com a finalidade de restaurar o *ancien régime* na Europa continental, redesenhar o mapa europeu, manter a estabilidade política e conter movimentos revolucionários. As monarquias da Rússia, da Áustria e da Prússia formaram a Santa Aliança, com base nas doutrinas do cristianismo, interessada em colocar as relações internacionais sob a égide do cristianismo. Logo o Estado inglês aderiu estrategicamente ao pacto, formando a Quádrupla Aliança, que admitiu a presença do Estado francês em reuniões futuras. Esta Quíntupla Aliança, ou Concerto Europeu, se outorgou o direito de administrar e intervir coletivamente no sistema de Estados, implantando uma diplomacia de conferências sobre questões da política internacional, intercedendo nos casos de quebra das condutas acordadas na convenção.

⁴ Para Inglaterra e França, Marx e Engels presumiram revoluções proletárias direcionadas ao socialismo e ao comunismo; para outros, como Rússia, Áustria, Estados alemães e italianos e povos na Europa centro-oriental governados por reis e imperadores, apostavam em revoluções burguesas, que derrubassem as monarquias.

(Turquia), manipulando lutas de populações oprimidas em proveito de objetivos reacionários e expansionistas – levado a cabo pela autocracia czarista, não podia ser contido pelas potências ocidentais mediante confronto bélico, cuja instabilidade política poderia estalar insurreições como um rastro de pólvora. Sobre o Concerto Europeu e o bastião russo, Marx escreve:

A guerra contra a França, que foi ao mesmo tempo que uma guerra contra a revolução, uma guerra anti-jacobina, conduziu naturalmente a uma transferência de influência do Ocidente para o Oriente, da França para a Rússia. O Congresso de Viena foi fruto natural da guerra anti-jacobina, o Tratado de Viena o produto legítimo do Congresso de Viena e a supremacia russa a filha natural do Tratado de Viena. [...] Sendo a preponderância da Rússia na Europa inseparável do Tratado de Viena, qualquer guerra contra esse poder que não proclame de saída a abolição do Tratado, não pode deixar de ser uma mera teia de vergonhas, desilusões e conluios (MARX, 1975c, p. 283-284. Tradução nossa).

Segundo Marx e Engels (MARX, 1975d, 1975e, 1975f, 1975g; ENGELS, 1975b; MARX e ENGELS 1975a), os governos ocidentais, cientes das possibilidades de que os desequilíbrios gerados pela guerra fossem catalisados por forças revolucionárias para estalar revoluções, mobilizavam-se para ampliar influência nas regiões dos Bálcãs, Mar Negro e sudoeste asiático, de modo a conter os anseios expansionistas e de supremacia do Império Russo, inclusive debilitando-o militarmente. Contudo, tinham a cautela de não neutralizar a autocracia czarista, pois, fieis aos propósitos contrarrevolucionários do Tratado de Viena, reservavam à Rússia uma função de mantenedor da ordem. O Estado russo se encarregava de manter a estabilidade internacional contra revoluções, sobretudo, na Europa Centro-Oriental, assim como exercia pressão constante sobre o Império Otomano, restringindo qualquer anseio de expansão territorial sobre a Europa e submetendo o sultão de Constantinopla aos ditames do Concerto. Ademais, os ocidentais se preocupavam em preservar a soberania e a integridade turca diante das investidas expansionistas do czar. Marx resume a conjuntura:

O Czar, envergonhado e insatisfeito ao ver seu imenso império confinado a um único porto de exportação, situado num mar inavegável durante metade do ano e assediado por ingleses na outra metade, está evocando os anseios de seus antepassados para ter acesso ao Mediterrâneo; ele está separando, um após o outro, os membros mais remotos do Império Otomano do seu corpo principal, até que finalmente Constantinopla, o coração, deve deixar bater. Ele repete suas invasões periódicas tão frequentemente quanto ele pensa que seus projetos são ameaçados pela suposta consolidação do governo turco, ou pelos sintomas mais perigosos da manifesta auto-emancipação dos eslavos. Contando com a covardia e as apreensões dos Poderes Ocidentais, ele intimida a Europa e projeta suas demandas o mais longe possível, para depois aparecer magnânimo, contentando-se com o que ele imediatamente queria.

Os Poderes Ocidentais, por outro lado, inconsistentes, pusilânimes, suspeitando uns dos outros, começam por encorajar o Sultão a resistir ao Czar – por medo que as invasões da Rússia obriguem aquele a ceder – pelo medo de que uma guerra geral dê origem a uma revolução geral. Muito impotentes e tímidos para empreender a reconstrução do Império Otomano pelo estabelecimento de um Império grego, ou de uma República Federal dos Estados Eslavos, tudo o que eles almejam é manter o status quo, ou seja, o estado de putrefação que proíbe o Sultão de se emancipar do Czar e os eslavos de se emancipar do Sultão (MARX, 1975b, p. 212. Tradução nossa.)⁵.

Nessa perspectiva, Marx e Engels analisam a política externa (diplomacia e forças armadas) das cinco grandes potências do Concerto Europeu na década de 1850⁶, dedicando atenção particular às ações dos Estados para a Guerra da Criméia (1853-1856).

⁵ O temor da revolução nas classes dominantes dos Estados europeus é o temor fundamental do Concerto Europeu durante toda sua existência. Em 1848, em artigo na Nova Gazeta Renana, escreve Engels que “A Prússia, a Inglaterra e a Rússia são os três poderes que têm mais temem a revolução alemã e seu resultado primordial – a unificação alemã: a Prússia porque ela deixaria de existir, a Inglaterra porque seria privada da possibilidade de explorar o mercado alemão, e a Rússia porque a democracia avançaria não só até o Vístula [rio na Polônia], mas até mesmo para o Dvina e o Dnieper [rios na Rússia] (ENGELS, 1848, s/p. Tradução nossa).

⁶ São em sua maioria análises difusas e concisas. Apresentadas em meio a outros assuntos, não dedicam suas linhas de forma igualitária às cinco potências. Reunimos aqui as ideias de Marx e Engels que estão em seus diversos artigos de jornal que tratam das relações internacionais, a partir do trabalho de Ferreira (1999).

Marx e Engels relataram os objetivos e as ações da política externa do Estado russo em diversos artigos (ENGELS, 1975a, 1975c; MARX, 1975a, 1975h, 1975i, 1975j). Engels (1890), especialmente, dedicou-se a analisar a (história da) política externa da Rússia czarista na perspectiva de bastião reacionário, sufocador das forças revolucionárias. Estas estavam então interessadas na vitória da revolução na Rússia,

Primeiro, porque o Império do Czar é o pilar da reação europeia, sua última posição fortificada e ao mesmo seu grande exército de reserva; porque sua mera existência passiva é uma ameaça permanente e um perigo para nós. Em segundo lugar - e este ponto não está sendo suficientemente insistido - porque sua intromissão incessante nos assuntos do Ocidente paralisa e perturba nosso desenvolvimento normal, e isso é feito com o objetivo de conquistar posições geográficas, o que assegurará à Rússia o domínio sobre a Europa, esmagando todas as possibilidades de progresso sob a sola de ferro do Czar. [...] A diplomacia russa forma, até certo ponto, uma Ordem moderna de jesuítas, poderosa o suficiente, se necessário, para vencer até os caprichos de um Czar e para esmagar a corrupção dentro de seu próprio corpo, apenas para espalhá-la mais abundantemente no exterior; [...] para tornar a Rússia uma potência, poderosa e temida e abrir a ela o caminho para a soberania do mundo (ENGELS, 1890, s/p. Tradução nossa.).

A diplomacia russa influenciava e intervinha nos Estados europeus com a finalidade de, além da manutenção do *status quo* de Viena, atingir a supremacia mundial. Este objetivo estava fundado nas condições materiais do território colossal, da população em rápido crescimento (que supria o exército) e nas suas condições de defesa, uma vez que a ausência de estradas, a imensidão da superfície territorial e a pobreza de recursos a tornavam inexpugnável. Se as condições defensivas eram favoráveis, as ofensivas sofriam com desorganização estratégica e debilidade de equipamentos, além da corrupção em meio aos oficiais. Essa fraqueza nunca foi segredo para a diplomacia russa, que, portanto, sempre que possível evitou a guerra e só a aceitou como um último recurso e em situações em que o adversário era claramente mais fraco (como nos atritos com a Turquia). Assim, a diplomacia russa preferia usar os interesses e os objetivos antagônicos das potências ocidentais para explorar suas inimizadas em benefício da sua política de conquista. Nas investidas contra

Constantinopla, a política externa russa interveio em diversas rebeliões e conspirações que levaram ao enfraquecimento da autoridade do sultão, sobretudo fomentando e apoiando gregos, sérvios, búlgaros e romenos sob a soberania do Império Otomano, alegando motivos religiosos e/ou étnicos. Do outro lado, na Europa suas intervenções tinham o outro propósito de esmagar insurreições: era o czar o responsável por controlar a Polônia, derrotar a Hungria e sufocar a unificação da Alemanha.

A política externa do Estado inglês, o “mais capitalista” das potências do Concerto, perfilava ao lado dos demais Estados europeus autocráticos e contrarrevolucionários, mobilizada pelos grandes objetivos da ordem de Viena: conter a revolução e conquistar a supremacia internacional. Qualquer triunfo revolucionário na Europa continental fortaleceria o movimento cartista no interior da Inglaterra, então derrotas das revoluções na França e na Alemanha, por exemplo, eram derrotas do próprio cartismo, na percepção das classes dominantes inglesas (burguesia e aristocracia feudal). Este era um ponto de concordância entre classes dominantes no Estado inglês, que já em matéria de projeção internacional de interesses de classe não entravam em acordo. A política externa inglesa era formulada e executada mediante interesses aristocráticos (em relação ao continente europeu), uma vez que, embora a predominância do caráter capitalista da economia e da sociedade, o Estado era governado por uma coalizão aristocrático-burguesa. Contudo, a política externa para Europa era dirigida (tradicionalmente) pela aristocracia feudal, imbuída de históricas rivalidades geopolíticas com as dinastias do velho continente. As propostas partidárias *Tory* e *Whig* em assuntos de política externa no parlamento inglês representavam respectivamente a tendência aristocrática, conservadora e protecionista e a burguesa, liberal e livre-cambista. Nessa luta entre as classes dominantes, prevalecia a primeira, identificada na figura de Lord Palmerston⁷, levando à caracterização da política externa inglesa como pró-aristocrática, contrarrevolucionária e até nociva aos interesses da burguesia. As propostas liberais, que ascendiam no Estado e na sociedade durante a Guerra da Criméia, consistiam na substituição das políticas de intervenção diplomática e militar pelo estímulo ao desenvolvimento do livre comércio (MARX, 1975i, 1975j, 1975k, 1975l, 1975m, 1975n, 1975o, 1975p, 1975q, 1975r, 1975s, 1975t).

⁷Personalidade que ocupou altos postos do Estado inglês, como Secretário da Guerra, Secretário das Relações Exteriores e Primeiro Ministro, e foi alvo de duras críticas de Marx, que, além de denunciar sua compactuação com a ordem de Viena, considerava-o um reacionário oportunista e russófilo. Marx dedicou uma série de artigos a esse homem de Estado e sua política, que podem ser encontrados em MARX e ENGELS, *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers: 1979, p. 341-406.

Sobre a política externa do Estado francês, sob o governo de Napoleão Bonaparte III (o mesmo do golpe de Estado n`O *18 de Brumário*), Marx e Engels (ENGELS, 1975c, 1975d; MARX, 1975u, 1975v) a descreviam como aventureira e expansionista, oriunda da necessidade de fortalecimento do regime bonapartista, que sofria com instabilidade política e ilegitimidade internas. A política externa francesa tendia à guerra, com a finalidade de desviar atenção de e abafar problemas internos, justificar o estado de excepcionalidade política em vigor na França e projetar as intenções de Bonaparte no exterior. Além servir de justificativa para eliminar impedimentos legais e pilhar os fundos do Estado. Contudo, os limites da guerra eram a revolução e Bonaparte então se imiscuía em bravatas e simulações em matéria de política externa. Tal dilema é relatado por Marx:

Bonaparte está embarcando na guerra de bom grado. Ele não tem alternativa, a não ser a revolução em casa ou guerra no exterior. Ele não pode continuar mais, como ele faz, combinando o cruel despotismo de Napoleão I com a política de paz corrupta de Luís Philippe. Ele deve deixar de enviar novos lotes de prisioneiros para Caiena se não se atreve a enviar exércitos franceses além das fronteiras. Mas o conflito entre as intenções declaradas de Bonaparte e os planos secretos da coalizão só podem contribuir para um novo emaranhado de problemas. O que eu concludo de tudo isso é que não haverá guerra, mas, pelo contrário, que o problema assumirá dimensões terríveis e revolucionárias, que nem sequer são suspeitas por os pequenos homens da coalizão. A sua própria perfídia é o meio de transformar um conflito local [Guerra da Criméia] em uma conflagração europeia (MARX, 1975u, p. 33. Tradução nossa).

As intenções de Bonaparte eram conquistar reconhecimento de seu regime, considerado usurpador pelas monarquias europeias, conquistar prestígio junto a povos oprimidos por seu papel de libertador – que um dia foi de seu tio – e conquistar influência e territórios em regiões politicamente fracas, com a península italiana, ainda que dentro dos marcos das negociações do Concerto Europeu. Em suma, antes da supremacia na Europa, Bonaparte buscava uma posição de protagonista no Concerto, revertendo sua marginalização no sistema, imputado à França pelos Estados vencedores das guerras napoleônicas. Já os planos secretos da coalizão (Estados de Inglaterra e

França) eram justamente as negociações diplomáticas acerca do expansionismo do Czar sobre a Turquia sem abalar o *status quo* europeu, relatado por Marx ao discorrer sobre as correspondências diplomáticas entre ingleses e russos (MARX, 1975x, 1975w).

Em relação aos Estados da Prússia e da Áustria, suas políticas externas estavam intimamente ligadas ao temor da revolução. A aristocracia prussiana dos *junkers*, por mais que almejasse enfraquecer a influência russa na Europa centro-oriental e controlar todo o território polonês, não se mobilizou contra o bastião das monarquias europeias, temendo o despertar revolucionário nas suas próprias terras. O Estado austríaco, endividado e acometido por insurreições internas, restringia suas incursões no exterior e sua política externa se voltava para a conservação do seu império. Por mais que se incomodasse com a ingerência russa na península balcânica, a autocracia austríaca não buscou enfraquecer a política externa russa, pois a ela não poderia recorrer no caso de estalos revolucionários. Além disso, a debilidade econômica do Estado austríaco o constringia a manter boas relações com as grandes potências, tendo em vista auxílios financeiros vindouros. Por tais motivos, Áustria e Prússia mantiveram neutralidade na Guerra da Crimeia (MARX, 1975p, 1975y).

É digna de nota, ainda, a percepção de Marx e Engels sobre a condição da Turquia. Este Estado muçulmano que outrora ameaçara a Europa com sua política anexionista é descrito como uma potência decadente, alijada das decisões políticas internacionais, consumido por conflitos internos e objeto das potências do Concerto: alvo do expansionismo czarista e da cobiça (inclusive comercial) dos ocidentais, principalmente Inglaterra e França. As cinco potências buscavam tanto se aproveitar da ruína do Império Otomano para controlar territórios e populações quanto evitar que o colapso do poder do sultão gerasse instabilidade política decorrente da disputa pela absorção e pelo acúmulo de recursos de poder por parte de uma delas. A condição da Turquia no sistema de Viena é o que Marx e Engels chamam de Questão Oriental (ENGELS, 1975a, 1975c, 1975d; MARX e ENGELS, 1975b; MARX, 1975a, 1975b, 1975h, 1975i, 1975j, 1975k, 1975m, 1975z, 1975aa, 1975ac, 1975ad, 1975ae).

A própria Guerra da Crimeia, o primeiro confronto armado a opor as potências do Concerto – Inglaterra, França e Turquia de um lado, Rússia do outro –, longe de ser uma disputa por lugares sagrados no Oriente Médio entre França, Rússia e Turquia, consistia no choque entre o expansionismo czarista e o receio ocidental sobre o

agigantamento do poder russo. Enquanto a política externa inglesa procurava mediar diplomaticamente os atritos entre russos e turcos, a política externa francesa se engajava em instigar a guerra, seguindo as intenções de Bonaparte. E ambas buscavam influenciar e controlar regiões do decadente Império. Marx e Engels (MARX e ENGELS, 1975a, 1975b; ENGELS, 1975c; MARX, 1975v, 1975af) entendiam a política internacional da Europa e a Guerra da Criméia como uma balança de poder (condicionada pelas perspectivas contrarrevolucionárias das classes dominantes europeias): “Foi igualmente um erro descrever o guerra contra a Rússia como uma guerra entre liberdade e despotismo. [...] a guerra é a manutenção da balança de poder e dos tratados de Viena - os mesmos tratados que anulam a liberdade e a independência de nações” (MARX, 1975v, p. 228. Tradução nossa).

Assim, a guerra não foi um confronto bélico generalizado, muito menos a superação do Congresso de Viena, mas sim um ajuste no *status quo*, de modo a introduzir a Turquia de maneira subordinada no esquema das potências gestoras do sistema internacional. Como escrevem ambos:

A guerra anglo-francesa contra a Rússia figurará, sem dúvida, na história militar como “a guerra incompreensível”. Muita conversa combinada com pouca ação, vastas preparações e resultados insignificantes, precaução que beira a timidez, seguida de temeridade nascida da ignorância, gerais mais do que medíocres à frente de tropas mais do que corajosas, reveses na sequência de vitórias conquistadas por erros, exércitos arruinados pela negligência e então salvos pelo mais estranho dos acidentes – um grande conjunto de contradições e inconseqüências (MARX e ENGELS, 1975c, p. 484. Tradução nossa).

Tal passagem indica, novamente, que as potências ocidentais não estão interessadas na derrocada do Estado russo. Marx e Engels mostram que as operações militares anglo-francesas ocorriam em áreas periféricas, distante dos centros da vida política russa⁸, o que anulava qualquer possibilidade de estalos de insurreição popular. As bravatas e simulações que os governantes ocidentais transformavam em estratégia e

⁸ As principais batalhas ocorreram em Sebastopol, cidade na península da Criméia no Mar Negro. A península foi ocupada pelos russos, mas reconquistada por seus inimigos.

tática em seus discursos sobre a guerra para seus países são trazidas à tona pelos amigos como o temor da revolução, pois a contenção do expansionismo russo não podia ir longe demais, ao ponto de demolir o baluarte da ordem de Viena (MARX, 1975af; ENGELS 1975d, MARX e ENGELS, 1975d, 1975e)⁹. Nessas análises da política internacional, portanto, **guerra** (internacional) e **revolução** (nacional, num primeiro momento) são apresentadas com elementos indissociáveis.

Do exposto, identificamos, portanto, em tais análises tendências e ausências. Marx e Engels tendem a articular as relações exteriores dos Estados ao processo político nacional¹⁰, no interior de suas fronteiras (e vice-versa). Essa tendência é mais clara quando Marx (1975i, 1975j, 1975k, 1975l, 1975m, 1975n, 1975o, 1975p, 1975q, 1975r, 1975s, 1975t) escreve sobre as disputas políticas entre as classes dominantes na Inglaterra com o intuito de tomar as rédeas da política externa e quando Engels (1980) escreve sobre o caráter de classe da autocracia czarista. Entretanto, devido às limitações de textos jornalísticos, está ausente a dinâmica da luta que classes, tal qual ela é apresentada no *Manifesto do partido comunista*. Ou seja, a articulação entre o internacional e o nacional nos textos publicados em jornais está em estágio embrionário.

Desses dois pontos, tendência e ausência, propomo-nos a fazer apontamentos para uma análise da (economia) política internacional, inspirada nas ideias de Marx e Engels contidas principalmente *Manifesto do partido comunista*, articulando-as com seus textos sobre a política internacional. Vejamos.

No *Manifesto*, as unidades políticas do sistema internacional são os Estados modernos (alguns revolucionados pela burguesia). Unidades estas em que

[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial,

⁹ A Guerra da Criméia se encerrou com o Tratado de Paris de 30 de março de 1856, assinado por Inglaterra, França, Turquia, Sardenha – que entrou posteriormente na guerra ao lado destes – e Rússia. O Tratado assegurou a integridade do Império Otomano e obrigou a Rússia a devolver regiões aos turcos. Mas o bastião russo obteve a condição de protetor dos principados às margens do Danúbio e dos cristãos em território otomano. O Tratado além de retificar a derrota russa é um ponto de inflexão no Concerto, pois figuras como Otto Von Bismark da Prússia desacreditam do mecanismo coletivo de soluções de conflitos entre as potências que possa contemplar os interesses dos cinco grandes. Registra-se após o Tratado uma queda no número de artigos de Marx e Engels dedicados à política internacional (Ferreira 1999).

¹⁰ Processo político nacional é a dinâmica das relações políticas entre grupos, classes sociais e frações de classes sociais no interior de um Estado-nacional, onde tais agentes entram em cooperação, conflito ou confronto e o Estado é o alvo principal de suas demandas. O termo nacional pode ser colocado entre aspas, dado que a agência de classes, frações e grupo tende a transpassar o espaço nacional, como no *Manifesto do partido comunista*.

conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. [...] Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculo em toda parte. (MARX e ENGELS, 2010, p. 42-43).

Dessa forma, apontam que o Estado moderno atende prioritariamente as demandas da burguesia como um todo (manutenção da propriedade privadas dos meios de produção e da força de trabalho como mercadoria a ser comprada no mercado, isto é, as condições de dominação e exploração por parte da burguesia), que, por sua vez, “[...] vive em luta permanente; primeiro contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia [...]; e sempre contra as burguesias de países estrangeiros” (MARX e ENGELS, 2010, p. 48). Ou seja, escrevendo numa época em que nem todos os Estados europeus tinham passado por revoluções burguesas¹¹, Marx e Engels se referem primeiramente à luta da burguesia contra a aristocracia feudal, que mesmo em Estados revolucionados pela burguesia, esta ainda lutava contra resquícios da ordem feudal e da aristocracia decadente. Segundo, referem-se à luta da burguesia industrial contra frações¹² não industriais que se mobilizam contra o desenvolvimento da indústria. Terceiro, impelida pela necessidade de mercado, cada burguesia nacional luta contra concorrentes de outros Estados, no exterior. Neste caso, cabe ressaltar que os objetivos da burguesia além do Estado nacional são viabilizados mediante política externa, assim como sofrem com os efeitos do sistema interestatal.

As lutas permanentes da burguesia a formam enquanto classe, processo esse que se concretiza com sua inserção no, e transformação do, Estado, perpetuando-se como

¹¹ Que é o caso da maioria dos Estados europeus, sobre os quais Marx e Engels escrevem ao analisar as forças do Concerto Europeu. Notemos então que nos textos dos autores é possível identificar classes dominantes (no plural) numa mesma conjuntura: a burguesia disputando com a aristocracia feudal os rumos da política do Estado, como aparece nos artigos sobre a política externa da Inglaterra.

¹² Frações de classe significam que a classe social, seja ela a burguesia, a aristocracia feudal ou o proletariado, não é homogênea. A formação da classe é condicionada pelo lugar que ocupa no processo de produção, mas em circunstâncias históricas concretas no interior da classe surgem divergências que opõem seus programas políticos e até as conduzem ao confronto armado. Foi Boito Jr. (2007) que nos chamou atenção para as diferentes lutas da burguesia, a distinção entre formação da burguesia e do proletariado, assim como sobre a cena política, a qual abordaremos adiante.

classe dominante¹³. Assim ela consegue subordinar a política estatal aos seus interesses. O Estado estabelece e legitima a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho assalariado e as demais condições necessárias para que o modo de produção capitalista possa se sustentar. No pensamento de Marx e Engels, a formação da classe burguesa já aparece dada (enquanto a classe proletária é uma possibilidade, real). No modo de produção capitalista a burguesia já está formada enquanto classe social, uma vez que seu processo de formação de classe se confunde com o próprio nascimento, o desenvolvimento e a sustentação do capitalismo¹⁴.

A luta permanente da burguesia encontra então um quarto oponente: o proletariado. Sua formação não decorre diretamente das relações de produção e das forças produtivas capitalistas (estrutura econômica) e, diferentemente da formação da classe burguesa, não é inevitável. A estrutura econômica contém potencialmente a classe trabalhadora, que pode ou não se formar (se se considera apenas o nível econômico, objetivo, a classe social só existe enquanto virtualidade). As circunstâncias históricas concretas e a ação política de agentes, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, possibilitarão ou não a conversão dessa classe potencialmente dada na estrutura econômica em uma classe ativa, cuja formação, interesses e objetivos serão definidos em processos de lutas. “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência” (MARX e ENGELS, 2010, p. 47). É um processo irregular, marcado por avanços e retrocessos. As lutas podem fazer crescer a unidade e a organização do proletariado. Ademais, a própria burguesia compele proletariado para a luta política, dadas suas permanentes lutas inscritas no desenvolvimento e na sustentação do capitalismo, inclusive, obviamente, a luta pela exploração e dominação dos trabalhadores. Assim, o processo de formação do proletariado enquanto classe é um caminho mais árduo do que a formação da classe burguesa, mas é o caminho que conduz a processos revolucionários (BOITO JR., 2007).

Dessa forma, Marx e Engels usam a noção de classe social para indicar a ação e a luta dos agentes sociais, definidos em função de sua inserção no processo produtivo,

¹³ Não há um conceito de classe dominante em Marx e Engels, mas se faz necessário neste texto expor o que entendemos por classe dominante nas obras em questão. Exercer preponderância econômica (controle do processo de produção), intensa influência no Estado (centro legal e legítimo do processo decisório na sociedade capitalista) e supremacia de ideias e valores na sociedade torna uma classe dominante.

¹⁴ Marx esclarece esse processo ao tratar da assim chamada acumulação primitiva n’ *O Capital* (MARX, 2013). Ver as passagens m p. 786-787 e p. 795-796, cap. XXIV.

pela apropriação da riqueza produzida na ordem econômica vigente e pela influência no Estado existente (e, em menor medida na obra de Marx e Engels, pela supremacia no terreno das ideias e dos valores sociais). Essa luta de classes tende a ultrapassar as fronteiras nacionais, como afirmamos anteriormente: a burguesia possui uma tendência à internacionalização e luta contra as burguesias de países estrangeiros, cujos objetivos são viabilizados mediante política externa do Estado, o qual em determinadas circunstâncias recorre à **guerra**.

A agência do proletariado igualmente não se limita às fronteiras nacionais. Em primeiro lugar, no *Manifesto* Marx e Engels apresentam a instauração da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vigentes como o elemento gerador de um desequilíbrio sistêmico que caberia à luta de classes resolver. A era de revolução social é aquela em que o desenvolvimento das forças produtivas é truncado, e não mais estimulado, pelas relações de produção existentes e as classes sociais como coletivos organizados e em luta, representam de um lado as relações de produção “caducas”, lutando pela preservação da estrutura social vigente e, de outro lado, outra classe representa as forças produtivas em ascensão, lutando pela mudança histórica. Não se trata, portanto, de um conflito econômico ou político qualquer, mas de um confronto particular numa fase bem delimitada do processo histórico, um período de revolução¹⁵. Em segundo lugar, no capitalismo o proletariado enquanto classe é o agente da **revolução**, que não se limita ao espaço nacional, é internacional: “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder, a não ser seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!”.

Apontamentos teóricos para analisar política internacional.

¹⁵ Consideramos que não há uma teoria (corpo teórico articulado e acabado) da revolução em Marx, mas sim reflexões em direção a uma construção teórica, dinâmica e inacabada e para pensar o real e elaborar novas ideias a partir do próprio real. O que destacamos é que a revolução (transformação estrutural de um modo de produção) é agência de um coletivo político que passa imprimir mudanças prévias no Estado (fator de coesão da sociedade dividida em classes), isto é, uma revolução política que põe em marcha a formação de um novo tipo de Estado, antes mesmo da revolução na economia, do choque entre forças produtivas e relações de produção. Sobre o processo de transição ao socialismo e ao comunismo, Marx e Engels se abstiveram de qualquer descrição detalhada, uma vez que suas características estariam no processo histórico ainda por vir. Mas tinham clareza da luta política a ser travada pelo proletariado organizado em classe, como relata Marx sobre a Comuna de Paris: “Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política [novo tipo de Estado] enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (MARX, 2011a, p. 59). Sobre tal processo, ver as inconclusivas e incompletas passagens de Marx e Engels indicadas por COHAN, 1981, cap. 4.

Como vimos ao longo das páginas anteriores, nas reflexões de Marx e Engels acerca da política internacional está ausente a análise da luta de classes no processo político nacional. Embora nos artigos que tratam da política externa inglesa exista uma incipiente conexão das relações exteriores do Estado com a luta entre a aristocracia feudal e a burguesia na formulação de política externa, e o papel do movimento dos trabalhadores (cartismo) que preocupa as classes dominantes, ao tratar da política externa dos outros Estados europeus e da política internacional em geral os autores o fazem de modo superficial, como se o Estado tivesse vontade própria (*raison d'État*) e/ou expressasse diretamente os interesses do soberano (o czar, o rei, o imperador), sem conexão com a luta de classes¹⁶. Por mais que a reunião das dimensões nacional e internacional no pensamento de Marx e Engels seja perceptível e apropriada, é embrionária.

Com a finalidade desenvolver uma proposição, nossos apontamentos consistem em articular as dimensões internacional e nacional, que formam um arcabouço teórico, o qual pode ser aplicado em análises empíricas. Isto é, em análises sobre as relações entre as unidades políticas do sistema interestatal (tal como fazem nos textos do *New York Daily Tribune*) deve estar contida a dinâmica da luta de classes (tal qual no *Manifesto do partido comunista*), formando assim uma totalidade. Isso significa que analistas das relações internacionais orientados/as por esta concepção levem em consideração, de modo articulado e simultâneo, o estudo de: classes sociais e frações de classes sociais e seus programas (as forças subjacentes); o Estado (*locus* do poder), objeto da análise e intermediação do nacional/internacional; e as forças externas do sistema interestatal. Portanto, as pesquisas nesse sentido abarcam certas (árduas) tarefas.

A primeira delas é distinguir a chamada cena política da luta de classes. Marx (2011b) distingue uma realidade aparente e superficial de uma realidade essencial e profunda, cuja relação é ocultação e dissimulação da primeira pela segunda. Desse modo, enquanto a realidade profunda se refere ao campo da luta de classes, da prática política das classes e frações, isto é, da ação concreta das forças sociais (realidade essencial), a realidade superficial ou a cena política é o lugar da representação de tais forças (realidade aparente). A cena política é então uma realidade superficial, enganosa,

¹⁶ Marx, que escreveu a maioria dos artigos utilizados como referência neste texto, morava em Londres e costumava frequentar as sessões do parlamento britânico. As informações sobre outros Estados recebia por jornais ou correspondência.

que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se tenha acesso à realidade profunda dos interesses e das ações de classe. Os agentes da cena política não declaram os interesses que representam. A sociedade burguesa é uma sociedade anônima e os agentes da burguesia mantem o esse anonimato de classe (BOITO JR., 2007). Tampouco tais agentes correspondem diretamente a interesses que por ventura venham a declarar, dado que a representação de classe na cena política não é na maioria das vezes unilinear, mas sim ocorrem dissimulações e defasagens. Assim, não podemos incorrer no erro de investigar os agentes da cena política por narrativas, nomenclaturas e bandeiras que eles mesmos se atribuem, correndo o risco de permanecer na superfície enganosa do fenômeno. Esse procedimento serve tanto para a dimensão internacional (Estado, diplomacia, forças armadas, organizações internacionais) quanto para a dimensão nacional (governos, partidos, empresas, associações de classe, organizações da sociedade civil).

Em segundo lugar, o quadro abaixo sistematiza nossa proposição teórica, com espectro de totalidade (articulação internacional/nacional), que metodologicamente é segmentada em: forças subjacentes, Estado e forças externas do sistema interestatal:

Quadro: síntese da proposição teórica	
Objeto de análise	O que pesquisar
Forças subjacentes	Burguesia: frações, programas, organizações representativas, conflitos e alianças, relações com o Estado, relações exteriores. Proletariado: frações, programas, organizações representativas, conflitos e alianças, relações com o Estado, relações exteriores.
Estado	Forma de Estado, governo, burocracia estatal (diplomacia e forças armadas) e política pública (política externa).
Forças externas	Projeção dos interesses de Estados, classes e frações de classes sociais no sistema internacional e a ingerências destes nas unidades políticas do sistema.
Elaboração própria	

Na análise dos fenômenos da política internacional devemos levar em conta os elementos do quadro. 1) Identificar na formação social nacional (Estado/país): as frações da burguesia, suas organização e mobilização enquanto força social, seus programas econômicos, políticos e ideológicos, seus conflitos e alianças, suas relações com o exterior, suas organizações representativas e qual ou quais delas tem primazia na influência sobre o Estado e lidera a condução do desenvolvimento do capitalismo; a formação do proletariado enquanto classe, as frações da classe trabalhadora como força social, seus programas (reformistas ou revolucionários), seus conflitos e alianças, suas organizações representativas, suas relações com o exterior (quando houver) e suas influências no Estado. Força social são agentes sociais que, a partir do processo de produção, organizam-se, mobilizam-se e militam coletiva e notavelmente em prol de interesses comuns e para a consecução de determinados objetivos, procurando executar um programa político. 2) Compreender a incidência das lutas entre classes e frações de classes sociais no Estado: na constituição de sua forma (sistema e regime políticos) e de seu governo/oposição (executivo, legislativo, judiciário), na burocracia civil e militar do

Estado e nos grupos que as compõe e nas suas políticas estatais, entre elas política externa/relações exteriores. 3) Tratar das pertinentes relações entre Estados, classes sociais e frações de classes sociais no sistema interestatal capitalista, das ingerências recíprocas entre as unidades políticas do sistema e seus agentes sociais e seus conflitos e alianças (guerra e paz). Pois, a luta de classes não ocorre apenas no interior, mas também entre dos Estados nacionais. Assim sendo, com esses procedimentos evitamos a reificação do Estado e podemos apreender, a partir da articulação internacional/nacional indicada na obra de Marx e Engels, a complexidade dos fenômenos internacionais.

Referências bibliográficas

BOITO JR. Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo: Unesp, 2007.

COHAN. A. S. *Teorias da revolução*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

ENGELS, Friedrich. Foreign policy of Russian Tsardom. In: Time, April and May 1890. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1890/russian-tsardom/index.htm>. Último acesso: fevereiro de 2018.

ENGELS, Friedrich. The danish-prussian armistice. In: Nova Gazeta Renana, 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/09/10a.htm>. Último acesso: fevereiro de 2018.

Ferreira, Muniz G. *Mercados, diplomacia e conflitos: uma abordagem histórica das relações internacionais, a partir dos artigos de Karl Marx e Friedrich Engels no New York Daily Tribune no período 1851/1862*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 347p. 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

Artigos publicados na coletânea (por ordem de apresentação no texto).

MARX, Karl. Russian policy against Turkey – Chartism. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975a.

MARX, Karl. The war question – Doings of parliament - India. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975b.

MARX, Karl. Eccentricities of politics. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975c.

ENGELS, Friedrich. What is to become Turkey in Europe. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975a.

MARX, Karl. The war prospect in Europe. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975d.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. The money panic in Europe. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975a.

MARX, Karl. Louis Napoleon's position. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975e.

ENGELS, Friedrich. The French army. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975b.

MARX, Karl. Peace or war. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975f.

MARX, Karl. The war prospect in France. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975g.

ENGELS, Friedrich. The Turkish question. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 16. New York: International Publishers, 1975c.

MARX, Karl. The Turkish question – The Times – Russian Aggrandizement. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975h.

MARX, Karl. The Turkish question in the Commons. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975i.

MARX, Karl. [The Czar's view – Prince Albert]. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975j.

MARX, Karl. Urquart – Bem- The Turkish question in the House of Lords. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975k.

MARX, Karl. The quadruple convention – England and the war. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975l.

MARX, Karl. [Russian diplomacy – The blue book on the Eastern Question – Montenegro]. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975m.

MARX, Karl. Debates in Parliament. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975n.

MARX, Karl. The war debate in Parliament. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975o.

MARX, Karl. The treaty between Austria and Prussia – Parliamentary debates of May 29. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975p.

MARX, Karl. The war – Debate in Parliament. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975q.

MARX, Karl. On the ministerial crisis. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975r.

MARX, Karl. Fall of the Aberdeen Ministry. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975s.

MARX, Karl. The defeated government. In: MARX. Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975t.

MARX, Karl. Parliamentary debates of February 22 – Pozzo di Borgo`s Dispatch – The policy of western powers. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975u.

ENGELS, Friedrich. Napoleon`s war plans. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975d.

MARX, Karl. Reorganization of the British war administration – The Austrian summons – Britain`s Economic Situation – St. Arnaud. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975v.

MARX, Karl. The documents of the partition of Turkey. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975x.

MARX, Karl. The secret diplomatic correspondence. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975w.

MARX, Karl. Austrian Bankrupcy. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 13. New York: International Publishers, 1975y

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. British politics – Disraeli – The refugees – Mazzini in London – Turkey. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975b.

ENGELS, Friedrich. The real issue in Turkey. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975d.

MARX, Karl. The London press – Policy of Napoleon on the Turkish question. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975z.

MARX, Karl. Mazzini – Switzerland and Austria – The Turkish question. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975aa.

MARX, Karl. English prosperity – Strikes – The Turkish question - India. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975ab.

MARX, Karl. The russo-turkish difficulty – Ducking and dodging of the British cabinet – Nesselrode’s last note – The east India question. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975ac.

MARX, Karl. [The western powers and the Turkey – Imminent economic crisis – Railway construction in India]. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975ad.

MARX, Karl. [The western powers and Turkey – Symptoms of economic crisis]. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 12. New York: International Publishers, 1975ae.

MARX, Karl. From Parliament. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975af.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. The anglo-french war against Russia. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975c.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. The debate on Layard’s motion – The war in the Crimea. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975d.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. The local war – Debate on the administrative reform – Report of the Roebuck Committee, etc. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, vol. 14. New York: International Publishers, 1975e.